

## **Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos**

---

## **Comunicación e historia: presente y pasado en actos narrativos**

---

## **Communication and history: the present and the past in narrative acts**

---

*Marialva Carlos Barbosa*<sup>1</sup>

### **Resumo**

*O texto enfoca as principais questões debatidas na aula inaugural da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), proferida na abertura do ano letivo do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Consumo, em 2009. As relações complexas (e nem sempre compreensíveis) entre comunicação e história constituíram o foco da reflexão. Partimos do pressuposto de que as referências ao passado ou ao presente são estabelecidas em atos comunicacionais, ou seja, tanto a história como a comunicação se valem de atos narrativos para configurar uma história com começo, meio e fim e com inteligibilidade aos olhos de muitos. A relação entre comunicação e história, visualizadas como universos de possíveis e narrativos e não apenas como meras disciplinas, é o fato de no ato comunicacional e no ato histórico produzirem-se sempre atos narrativos. Por fim, mostramos a importância da noção de gênese para os estudos históricos e como essa concepção, no caso da história da imprensa, tem como central a ideia de consumo de um bem imaterial, num dado momento histórico. As ideias se configuram como palavras impressas, regulares e anônimas, pela sua possibilidade de troca comercial ao serem transformadas em mercadoria simbólica.*

**Palavras-chave:** *Comunicação. Consumo. História. Narrativa.*

<sup>1</sup> Professora titular do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História e pós-doutora em Comunicação. Pesquisadora do CNPq e diretora científica da Intercom. E-mail: mcb1@terra.com.br.

## Resumen

*El texto enfoca las principales cuestiones discutidas en la clase inaugural de ESPM, proferida en la abertura del año lectivo del Programa de Postgrado en Comunicación y Consumo, en 2009. Las complejas relaciones (no siempre comprensibles) entre la comunicación y la historia son el enfoque de la reflexión. Nuestro presupuesto es que las referencias al pasado o al presente son establecidas en actos comunicacionales, es decir, tanto la historia como la comunicación se valen de actos narrativos para configurar una historia con principio, medio y fin y que sea inteligible a los ojos de muchas personas. La relación entre comunicación e historia, que son visualizadas como universo de posibles y narrativos y no solamente como simples disciplinas, es el hecho de que en el acto comunicacional y en el acto histórico se produzcan siempre actos narrativos. Por fin, mostramos la importancia de la noción de génesis para los estudios históricos y cómo esa concepción, en el caso de la historia de la prensa, tiene como idea central la de consumo de un bien inmaterial, en un determinado momento histórico. Las ideas se configuran como palabras impresas, regulares y anónimas, por su posibilidad de cambio comercial cuando son transformadas en mercancía simbólica.*

**Palabras-clave:** Comunicación. Consumo. Historia. Narrativa.

## Abstract

*The text focuses on some questions raised at the 2009 inaugural class of ESPM's Graduate Studies Program on Communication and Consumption Practices. The not always comprehensible complex and sometimes elusive relations between communication and history were the main focus of the above mentioned debate. Here, we start from the presupposition that the act of referring to the past or to the present is established in communication acts, that is, both history and communication are based on narrative acts to configure a history with beginning, middle and end, intelligible to the eyes of many. The relation between communication and history, viewed as universes of the possible and the narrative and not just as mere disciplines, is linked to the fact that in communication, as well as in history acts, one always sees the production of narrative acts. We then demonstrate the importance of the notion of genesis to the historical studies and how this conception, as far as the history of the press is concerned, contains the idea of consumption of material goods, at a given historical moment. Ideas are turned into printed words that are regular and anonymous, thanks to the possibility of commercial exchange, when they are transformed into symbolic merchandise.*

**Keywords:** Communication. Consumption. History. Narrative.

O propósito da minha fala hoje é a relação comunicação e história, não considerando apenas o campo disciplinar, mas visualizando, sobretudo, as correlações que podemos estabelecer entre história, como narrativa, e comunicação, como processo que envolve igualmente e sempre a ação humana.

Quando se fala em comunicação e história, poder-se-ia supor que estamos nos referindo exclusivamente à forma como realizamos pesquisas históricas envolvendo os meios de comunicação. Ou que estamos nos referindo a duas disciplinas específicas, ou a dois campos de saberes, cada qual com seu universo, suas particularidades e suas diferenças. Ou ainda que o cerne do problema é a busca nos aparatos teóricos conceituais de uma ou de outra disciplina de operadores fundamentais para as nossas pesquisas.

Mas a correlação comunicação e história engendra muito mais do que isso. Falar em comunicação e história é se referir a dois pressupostos fundamentais que, a meu ver, norteiam tanto o ato comunicacional como o ato histórico: narrativa e tempo.

Ainda que a história tenha formulado seu campo de atuação visando o passado, definindo-se muitas vezes como “a ciência dos homens no tempo” – se quisermos aqui nos apropriar da expressão clássica de Marc Bloch –, enquanto a comunicação se refere às relações que envolvem ações presentes, ambas dizem respeito às relações humanas, seja nas sociedades presentes seja passadas. Significa ir em busca da nossa humanidade pelo ato narrativo.

Trata-se de buscar as práticas humanas do passado ou do presente que se materializam sempre em atos comunicacionais. O que em história se faz é seguir pistas, traços, rastros, vestígios que indicam que os homens do passado passaram por aqui. Essas pistas estão sempre expressas em *atos comunicacionais* que fixam marcas duráveis. O que se faz em comunicação é colocar em evidência os processos comunicacionais numa época comum, o presente vivido, para tentar não apenas explicar essas narrativas, mas compreender as ações desses homens do presente. Ações que só se constituem pelo ato narrativo.

Estamos, então, diante da primeira aproximação. São atos comunicacionais do passado que a história procura interpretar, sempre a partir

do presente, envolta em outros atos comunicacionais que do presente reconstroem o passado. Se não fosse a ação humana, não haveria possibilidade de encontrarmos as marcas significativas do passado.

Mas o que estamos entendendo por narrativa? O que entendemos por história? O que seria uma teoria da história? Como essa teoria pode ser pensada em relação aos processos comunicacionais que estão em jogo nas pesquisas de comunicação? O que a história pode legar aos estudos comunicacionais e em que a comunicação pode contribuir para a história?

Podem parecer estranha esta última questão. Como a comunicação, cujo exercício teórico e metodológico em torno de seus processos, com apenas uma dezena de anos, pode ensinar à história, com séculos de tentativa de aprisionar o passado? Mas se considerarmos que o estudo da comunicação envolve sempre as condições do pensável e o conteúdo daquilo que é pensável, ou seja, expressa-se também pela explicação e compreensão, temos uma equação fundamental para o entendimento de qualquer narrativa, seja ela do passado seja do presente. Se pensarmos igualmente que a história cria uma possibilidade temporal própria, situada entre o tempo cósmico e o tempo vivido (RICOEUR, 1995), o chamado tempo histórico, e que os processos humanos do presente são puro tempo vivido, não enfocariam os estudos de comunicação sempre a experiência humana no tempo, essa matéria-prima indispensável para o entendimento do mundo e de sua história?

Para dar um pouco mais de organicidade a esta fala, vou dividi-la em quatro eixos: num primeiro momento particularizo os termos, isto é, explico rapidamente o que estou entendendo por história, historicidade e narrativa. Num segundo momento, estabeleço as relações entre comunicação e história, aquilo que denomino *universo de possíveis*; e num terceiro mostro que tipo de estudos dominam a comunicação no que se refere à abordagem histórica, enfocando particularmente uma certa obsessão desses estudos pelos começos primordiais, pelo estabelecimento da “verdadeira” gênese do passado. Passado esse considerado sempre como o “verdadeiro” passado. E, finalmente, desenvolvo algumas ideias em torno da implantação da imprensa com base na lógica do consumo de um bem imaterial.

## “Compreender é explicar”

O homem, ao viver sua própria história, cotidianamente, em atos corriqueiros e banais, toma consciência de seu lugar no mundo e de sua temporalidade também imersa nesse mundo. Não podemos pensar que o ser humano não conhece as relações históricas. Viver é simplesmente viver na história.

A história de que falamos não é a disciplina histórica, enfeixada ao longo de séculos por formas narrativas e, sobretudo, por lutas por significação no sentido de construir um saber pensado como legítimo.

Essas lutas por significação e por classificação, que colocam em destaque a capacidade de narrar o passado, constroem sob rótulos os mais diversos, sob postulados teóricos os mais abrangentes, aquilo que alguns classificam como sendo a “ciência da história” e que outros apenas dão o nome de história. As filiações teóricas são lutas por distinções, para ocupar lugares de fala reconhecido, opondo, no dizer de Bourdieu, os heréticos e os ortodoxos, aqueles que fazem parte, num determinado momento, do jogo classificatório e os outros que se opõem a este jogo.

Assim, quando a questão da história emerge, é preciso que se faça uma distinção entre nomes situados nesse universo: de um lado a *história disciplina* e suas lutas por classificação e por ser detentora do saber válido sobre o passado, com suas *teorias* (da história), ou seja, os conceitos ligados às filiações teóricas que recebem também “nomeações”, e a *filosofia da história*, ou seja, o saber reflexivo e crítico sobre a história.

Alguns localizam a emergência desse pensamento crítico sobre o conhecimento histórico nos séculos XIX (COLLINGWOOD, s/d, p. 14). Para Collingwood, a emergência da razão científica ocidental – o que se deu entre os séculos XVI e XIX, com a concentração do pensamento humano na criação dos fundamentos da ciência natural e a transformação da razão filosófica que passa a ter como “tema central a reflexão do espírito humano, como sujeito, com a natureza que o circunda, no espaço, como objeto” (separação do sujeito e objeto) – constrói a emergência da razão crítica histórica. O mesmo homem que aprendera a pensar criticamente as forças naturais, passa a pensar a história da mesma maneira, que assim se constitui como forma específica de pensamento.

A investigação histórica, organizada e sistemática, que nasceu com a institucionalização da disciplina no século XIX, gerou reflexões sobre a questão histórica, em quatro eixos de análises (a definição, o objeto, quais os procedimentos e para que serve a história?), que, *grosso modo*, constituem as reflexões que emergem em torno do que se denomina filosofia da história.

Portanto, teorias e filosofia da história são construções teóricas que dizem respeito especificamente à disciplina histórica, enquanto história e historicidade nada têm a ver com a sua limitação em torno de um conhecimento validado e reconhecido institucionalmente. Historiografia (como escrita da história na qual estão imersas as teorias) e filosofia da história são objetivações que visam a construção da história como saber válido e reconhecido, ainda que algumas vezes se coloque em foco que o objetivo é o entendimento da história de maneira mais ampla. Em última análise, o objetivo último da filosofia da história é responder à questão: qual o significado da existência histórica?

Consideramos, portanto, o termo *história* para além da disciplina histórica. A história é a forma como nos sentimos na duração, como nos visualizamos como ser, ao longo de uma trajetória, que classificamos como existência num espaço (que, por vezes, denominamos mundo). A história é a nossa relação silenciosa ou ruidosa com os *estases* do tempo: o presente, o passado e o futuro. A história é o fato de estarmos no mundo.

Do presente, do nosso agora sempre transitório, olhamos o passado e projetamos o futuro. Mas o passado só existe como representação mental a partir do olhar individual daquele que o descortina nos *tempos idos*. Portanto, o passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos acerca desse passado. Assim, como o passado não é fixo, também o presente não é apenas um instante pontual. O presente indica o que vivemos, mas também as lembranças que o passado proporciona. Essas lembranças existem sempre no presente, construindo-se pelo entrelaçamento do mesmo (as ações vividas no presente) e do outro (as lembranças que fazem o passado presente). Do mesmo e do outro, também, por que sendo a vida

um ato de historicidade, vivemos sempre em relação: existe um mundo habitado por seres que vivem igualmente a mesma humanidade.

Quando Agnes Heller (1993) afirma que “somos historicidade”, objetiva demarcar historicidade como a maneira de sermos históricos, ou seja, a consciência do homem como sujeito, que, segundo Heller, muda na duração.

Diz ela: “A historicidade não é alguma coisa que acontece conosco, uma mera propensão, na qual nos metemos como quem mete uma roupa”. Ou seja, a historicidade é o fato de sermos históricos, é a própria consciência do nosso ser; é o nosso próprio ser. Arremata Heller (1993, p. 14): “Somos historicidade; somos tempo e espaço”.

Quando dizemos *éramos* ou *seremos* nos constituímos no tempo. Temos a consciência de que possuímos uma história anterior ao *agora* e que também estamos envelopados em uma história que começou muito antes da nossa existência, mas que pela força da tradição continua nos afetando. Essa história de outros (do passado) é também a nossa história: a história de uma humanidade que existe na duração. Somos tempo.

Quando sabemos que não-ser significa não estar aqui, estamos colocando em relação o fato de que somos espaço. Ou seja, só nos constituímos como sujeitos na história no espaço, estando aqui, no presente, tendo estado aqui, no passado, e estando já no futuro. Da mesma forma que sempre somos, mesmo quando não estávamos aqui, já que outros homens narraram suas sagas e fizeram a existência humana existir, igualmente outras sagas serão contadas desse passado, no futuro, fazendo com que, mesmo não estando, continuaremos a ser no espaço.

Historicidade, portanto, é sermos, existir como tempo e espaço.

Historicidade é, em certa medida, a consciência de nossa humanidade: de que somos humanos e somos, ao mesmo tempo, mortais; de que carregamos milhões de anos, é claro, por diversos sistemas de objetivações. Isto é, apropriamo-nos da nossa humanidade pela linguagem, pelas regras de usos dos objetos, por aquilo que denominamos costumes, tradições, hábitos, ciência. É através desse conjunto de regras, normas, valores, preceitos e fundamentos que percebemos e sabemos nos comportar como humanos.

Quem somos, de onde viemos, para onde vamos? São perguntas que acompanham o ser humano na sua historicidade e que constituem as chamadas teorias do conhecimento e, ao mesmo tempo, descortinam os estágios de consciência histórica nos quais estamos inseridos.

Historicidade, portanto, é a forma como nos compreendemos humanos na dimensão tempo/espaço e que também se transforma na história. Essas transformações, para as quais se dão múltiplas explicações e se demarcam épocas e períodos, estão diretamente ligadas ao grau de consciência histórica do homem (HELLER, 1993).

Não se trata de transferir para o pensamento filosófico da história, a linearidade dos tempos absolutos, mostrando que no início havia a *gênese*, o homem estava lá; que no momento seguinte, valores, hábitos, instituições de um grupo que abrangia em seu projeto a gênese do mundo, e a que a consciência histórica passava a ser a consciência da mudança; numa sucessão interminável de estágios diferentes dessa consciência do ser humano no mundo, ou se quisermos enriquecer a expressão, “regimes de historicidade” (ibidem, 1993).

Mas há que pensar nas ações do homem nesse mundo produzindo transformações, dilacerações, brutalidades, holocaustos, destruições. Há que pensar em regimes de historicidades próprios de cada momento e lugar. Há que pensar ainda na questão do conhecimento como algo sempre relativo a um momento histórico.

Em diferentes momentos da nossa história, em idades anteriores, sempre houve alguma coisa que um mortal não deveria saber. Esse conhecimento podia ser considerado, por exemplo, como demoníaco ou uma forma de transgressão moral. Portanto, o conhecimento é um valor que traz as possibilidades das épocas históricas em que se vive. A história, como afirma Dilthey, é a autobiografia de pessoas e da humanidade. Da mesma forma que cotidianamente reescrevemos a história de nossa vida, a humanidade reescreve novamente sua biografia (apud HELLER, 1993, p. 107).

### **Passado e presente como narrativa**

Parece claro, portanto, que da mesma forma como não definimos história como práticas de uma disciplina, também não estamos considerando

narrativa como mera formulação do pensamento sob a forma de múltiplas textualidades. Narrativa não é também um gênero ou um modo de contar histórias que coloca em destaque o ato do narrador. Narrativa, seguindo a lúcida e complexa proposta de Paul Ricoeur (1994, 1995, 1997), é configurar a existência vivendo a cotidianidade de nossos atos. Produzimos narrativas da maneira como nos colocamos no mundo. Produzimos narrativas ao viver cotidianamente e ao produzir sempre reinterpretções. A vida nada mais é do que ato narrativo.

A questão narrativa, portanto, não se resume a uma problemática linguística. Narrar é uma forma de estar no mundo, visualizá-lo, produzir interpretações, lançar no mundo outros textos decorrentes do ato narrativo, que por sua vez se transformaram em novas interpretações e em outros atos narrativos.

Pensando assim, vemos que qualquer um dos conectores históricos que fazem com que o passado possa ser acessado por restos – a cultura material, a memória vivida, os documentos, a sequência de gerações – produzem identidades narrativas em direção à construção do tempo histórico. Só se narra o que acontece no tempo e só podemos contar aquilo que se desenvolve no tempo (RICOEUR, 1994, p. 24).

A nossa experiência no mundo se desenvolve no tempo. E através da vida elaboramos textos ficcionais e outros tantos com pretensão à verdade. Como na vida, os textos também são embaralhados. Afinal, nenhum de nós ocupa apenas um lugar no mundo.

O ato narrativo é a trama que construímos nas múltiplas ações textuais. É a construção de qualquer história que para ser inteligível deve ter começo, meio e fim. O que dá inteligibilidade às histórias que contamos é o fato de estarem organizadas numa trama que torna possível ao outro seguir a história. E isso ocorre invariavelmente nos processos comunicacionais, sejam aqueles que se referem ao nosso aqui e agora (o objeto da comunicação), sejam aqueles que se referem a um tempo que designamos como passado (a trama da história). A organização da trama consiste, pois, na operação de seleção e organização dos acontecimentos (as ações contadas) como algo completo e uno, com começo, meio e fim.

A partir dessas indagações iniciais é preciso considerar que todo texto é estruturado de modo narrativo e, como tal, sujeito ao regime de interpretação que se aproxima das narrativas cotidianas com as quais estruturamos a nossa vida.

Há que se perceber ainda que o passado, mesmo se considerado como real, é sempre inverificável. À medida que ele não mais existe, só indiretamente é visado pelo discurso da história. É neste sentido que podemos dizer que a reconstrução histórica é obra de imaginação. Por outro lado, qualquer construtor de textos configura intrigas que os documentos autorizam ou proíbem, combinando coerência narrativa e conformidade aos documentos. É também essa combinação que faz dos textos permanentes interpretações.

Quando as narrativas são analisadas há que se considerar que qualquer construção textual articula a sedimentação de padrões existentes anteriormente com a inovação. É a ligação com a tradição, com os esquemas narrativos já de conhecimento do leitor, que permite o reconhecimento do desvio, ou seja, a inovação. O desvio só é possível existir se tiver como pano de fundo a cultura tradicional que cria no leitor expectativas que irão ser estimuladas ou frustradas. O que existe, pois, é sempre um jogo de regras.

Mas o que une então todas as narrativas? Podemos dizer que é o fato de cada um de nós vivermos a existência numa perspectiva temporal. São as intrigas que inventamos ao viver que irão nos ajudar a configurar nossa experiência temporal.

A função da trama narrativa é, pois, essa capacidade dos textos, ficcionais ou não, de configurar a experiência temporal. Esses textos são sempre fabulações, no sentido de que sempre imitam as ações. A inteligibilidade narrativa é produzida por essa imitação.

Qualquer texto, portanto, é produzido em três dimensões. E estamos entendendo texto num sentido amplo, ou seja, como qualquer produção comunicacional. Primeiro existe o mundo, um mundo que é texto, narrativa, já que é vivido na dimensão cotidiana das múltiplas articulações temporais. Desse mundo-texto produzimos uma “leitura”. E a partir desse entendimento construímos – e no mundo contemporâneo cada vez

mais com base na ação dos meios de comunicação – outro texto. Ou seja: configuramos o mundo que aparece sob a forma de interpretação. E então esse texto que fala do mundo (e não é mais o mundo) abre-se à pluralidade de olhares, leituras, textos, narrativas existentes. Abre-se à pluralidade de interpretações. Refigura-se o texto sob a forma de outro texto, e é esse novo texto que volta ao mundo. Mas, ao tomar contato com o texto, aquele que o devolve ao mundo já mudou. Afinal todo texto produz sentido e induz à ação, produzindo invariavelmente uma mudança em quem a realiza.

Há que se considerar ainda que a ação narrativa instaura o mundo das coisas contadas e o reino do “como se”. Conta-se o mundo como se fosse real, como se o que é relatado de fato tivesse acontecido daquela forma, como se tivesse existido. O mundo das coisas contadas é sempre o “como se” e a experiência depende da voz narrativa que contém invariavelmente a voz do narrador. Mas essa voz não contém apenas a voz direta do autor, mas de todos aqueles que são designados pelo seu ato de narrar. Na voz narrativa estão contidos, portanto, múltiplos atos memoráveis.

É por isso que podemos dizer que a história é ficção, ou seja, uma possibilidade de criação, uma conformação do passado aos valores presentes. O passado é sempre permeado pelas visões do presente, que também se realizam em direção ao futuro. Quando afirmamos que história é ficção e que o passado como o verdadeiro passado é inverificável, não estamos diminuindo a sua importância, muito pelo contrário. Estamos introduzindo na ação narrativa de trazer o passado para o presente a possibilidade da inclusão do ato criativo de quem interpreta, dando dimensão de vida no presente ao que existiu no passado.

Falar em narrativa, por outro lado, é se referir obrigatoriamente à questão da temporalidade. Se considerarmos temporalidade como a inscrição das atividades humanas na duração, não há nunca um sentido único do tempo. Entretanto, historicamente o tempo foi considerado prioritariamente sob duas perspectivas: a primeira baseada na cosmologia e a segunda na experiência humana, isto é, a significação de viver o tempo. Mas essas duas concepções não são excludentes.

A história ao tentar recuperar o passado e trazê-lo para o presente cria uma espécie de terceiro tempo, entre o tempo cosmológico e o tempo vivido, e o calendário funciona como matriz desse terceiro tempo. O agora não é mais o instante pontual, nem presente vivido. Transforma-se em algo datado, capaz de dar ao presente um novo lugar no sistema de datas estabelecidas. Instaura-se a data inicial, ponto zero, considerada evento fundador que cruza o instante cosmológico e o presente vivido. A pretensão à verdade histórica fica assim submetida aos contratos impostos pelos calendários e pela noção de prova documental.

Se considerarmos também que a história se refere sempre ao fracasso ou ao sucesso de homens que vivem e trabalham juntos em sociedades ou nações, com pretensão ou ao verdadeiro ou ao verossímil, ela é sempre o fragmento ou o segmento do mundo da comunicação. São os atos comunicacionais dos homens do passado o que se pretende recuperar como verdade absoluta ou como algo capaz de ser acreditado como verídico. É, nesse sentido, que dizemos que a história é ato comunicacional.

Por outro lado, há sempre uma expectativa comunicacional envolvida nas histórias que contamos: queremos que sejam únicas, singulares, coisas que ninguém nunca foi capaz de escrever (RICOEUR, 1996, p. 216-217). Ou seja, mesmo nos textos envolvidos com a pretensão da ciência, contam-se histórias, e estas devem ser governadas pela lógica narrativa. O que confere unidade ao que contamos – como modos de comunicação –, seja o que genericamente traz o passado para o presente, seja o que se refere prioritariamente aos meios de comunicação, é o ato de seguir a intriga, a trama. Só haverá entendimento se a história puder ser seguida por aquele que a lê, a decifra e a interpreta. Mas as histórias só merecem ser narradas e seguidas se a sua temática se referir a interesses e a qualidades humanas. Há sempre um nexos com os sentimentos nas histórias que contamos.

É a partir de restos e vestígios, que chegam do passado ao presente, que podemos recontar as histórias que envolvem prioritariamente as ações comunicacionais do passado. Muitas vezes o objetivo último é prefigurar os sistemas de comunicação existentes em dado momento e lugar.

Mas como essa história é prioritariamente pensada nos estudos de comunicação que envolvem a questão histórica? Que tipo de reflexão histórica emerge desses estudos? Chegamos, pois, ao nosso terceiro eixo reflexivo.

Nesses estudos há a prevalência da ideia de que, através dos conectores históricos, pode-se trazer o passado para o presente na sua integralidade. Que o que importa é recuperar o verdadeiro passado, de preferência, desvendando características de personagens singulares que fizeram uma história particular.

Há a pretensão também de, através da pesquisa, dar estatuto de verdade ao passado. Ao lado disso, pensa-se normalmente a história como envolvida numa linearidade absoluta. Os tempos idos mais antigos são substituídos, numa sequência interminável, por momentos mais recentes, e outros numa sucessão infinita e infundável.

Procura-se sempre a verdade indelével desse passado em histórias particulares e singulares. Algumas vezes são espécies de efemérides que constituem o manancial dessa espécie de história anedótica. Importa saber, por exemplo: que a *Gazeta do Rio de Janeiro* era impressa na casa de um tal Conde da Barca; qual foi o verdadeiro periódico que inaugurou a imprensa periódica no Brasil, se a *Gazeta* ou o *Correio Brasiliense*?, numa sucessão de fatos pontuais, que não produzem nenhuma interpretação que enriqueça o conhecimento.

Estamos, portanto, enfatizando que entre as muitas formas de fazer história, a que domina os estudos da comunicação (com exceções, é claro) é a visão de que o passado está lá, em algum ponto, e que pode, de fato, ser recuperado. Que o passado nunca será objeto de sua imaginação produtora de sentidos. Na outra ponta, há ainda a concepção de que precisamos saber detalhes, minúcias, aspectos que em nada enriquecem o conhecimento histórico. Que nada acrescenta à compreensão de nossos atos narrativos.

Assim, discussões sobre qual teria sido o primeiro jornal brasileiro (se a *Gazeta*, que passou a ser impressa no Rio de Janeiro em setembro de 1808, ou o *Correio Brasiliense*, editado em Londres a partir de junho de 1808) absolutamente não nos interessa. Não estamos na busca de uma

história por razões, nem da gênese da imprensa brasileira, ou seja, de uma história por emblemas fundadores. A história é sempre interpretação feita a partir de quem, do presente, olha o passado. A história é sempre narrativa, algo que foi narrado no passado e que agora podemos re-narrar.

Mas a história, visualizada a partir da centralidade dos processos comunicacionais, deve dar conta desses complexos sistemas de comunicação. E é nesse ponto que os estudos de comunicação acrescentam à história: a comunicação é um sistema, com múltiplos aspectos, múltiplos atores, múltiplas ações. E é como tal que deve ser pensada.

Destaca-se, portanto, nesses estudos a busca quase obsessiva pela gênese do passado, pelos tempos primordiais do começo. Por que temos essa necessidade de estabelecer uma espécie de marco zero da experiência histórica? Qual o sentido da gênese nos estudos históricos? Por que os estudos com pretensão a recuperar o passado tal como ele se deu são também tributários dessa ideia de início primordial?

É preciso recuperar a grande narrativa – a narrativa do tempo fundamental, onde tudo começou – para, instaurando o início, tal como na mitologia judaico-cristã, seguir, a partir daí, a história. As narrativas históricas são dependentes da narrativa primordial do mundo e de um outro mito: o de seu próprio início.

O mito do apocalipse e da gênese foram os que mais contribuíram para estruturar as expectativas cristãs. Se a ideia de fim do mundo vem, no caso da escrita do mundo judaico-cristão, do apocalipse, que coloca um ponto final em qualquer história, também neste mesmo círculo de ideias é fundamental a construção de um tempo primordial verdadeiro: um início – a gênese – sem o qual não se pode começar nenhuma história. É nesse sentido que, para Kermode (1966), a Bíblia se constitui na intriga grandiosa da história do mundo, e cada narrativa (intrigas literárias ou históricas) é uma espécie de miniatura dessa grande intriga que caminha da gênese ao apocalipse.

Toda história se inicia num começo primordial, numa espécie de gênese grandiosa da narrativa. Mas a história tradicional precisa ir além: é necessário instaurar o começo verdadeiro, o mito primordial dos tempos

fundadores. Essa mesma história que se inicia no tempo fundador (o marco zero) caminha em direção a um fim, por meio de contingências e peripécias (RICOEUR, 1994, *passim*).

Mas o fim não pode significar o apagamento da narrativa. As narrativas precisam ser construídas de maneira coerente. O final transforma-se de iminente em imanente. Constrói-se não a imagem do fim último e inexpugnável (o apocalipse), mas os últimos tempos: tempos de terror, de decadência, mas também de renovação. É dessa forma que o mito apocalíptico se transforma no mito da crise (idem, 1995, p. 35-40), marcando-se momentos por suas rupturas. Crises que significam quase sempre renovação. No caso da história da imprensa, essa marca é considerável.

É por essa razão que, seguindo a linearidade dos tempos, essa história precisa percorrer momentos particulares, qualificados como “início incipiente”, desenvolvimento “particular”, construções de um novo tempo governado pela lógica da tecnicidade, implantação de uma imprensa de massa, e assim por diante, numa sucessão infinita e peculiar (BARBOSA, 2008).

### **Um produto imaterial**

Nessa lista interminável da busca de uma história por razões, domina também as interpretações a tentativa de explicar por que a imprensa teria se implantado tardiamente, em relação a outros espaços sociais da América Espanhola. Alinham-se motivos de natureza econômica, política, cultural, demográfica, numa lista interminável de lugares explicativos.

Mas normalmente não se considera a questão primordial. O que é transformar algo imaterial, ou seja, informações, em alguma coisa que passa a ter, a partir de determinado momento, valor de troca? Por que nas mentalidades daquele momento e lugar a venda de uma mercadoria do mundo das ideias se torna possível?

Apenas no instante em que se visualiza o mundo sob uma outra ótica, apenas no momento em que se dá o valor de documento público à palavra impressa, apenas no instante em que se cria um desejo de natu-

reza cultural, uma mentalidade, pode-se começar a trocar alguma coisa imaterial (o pensamento transformado em textualidades narrativas de maneira periódica) criando valor.

Tal como aconteceu com a Europa Ocidental, a partir do século XIII, quando as novas cidades comerciais constituíram uma nova ordem social, levando a criação de novos sistemas de trocas, também no Brasil a abertura comercial, a instalação da burocracia oficial e a transferência da família real e de seu séquito para cá produziram mudanças não apenas econômicas, sociais, políticas e culturais, mas também nas mentalidades. Na trilha da troca de mercadorias se estabelece também aqui a troca de informações.

Só existe imprensa no sentido estrito do termo a partir do momento em que a transmissão regular de informações se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral. Só existe imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante das publicações. Não importa que tipo de público.

Portanto, é preciso que se desenvolva uma mentalidade num público mais amplo sobre o que eram esses periódicos que passam a circular. Um longo período é sempre necessário para que a imprensa ocupe lugar efetivo no jogo político das ideias que circulam. E são necessários sempre alguns decênios para que o cotidiano dos jornais faça parte do universo oral/letrado de uma população mais vasta.

Somente uma mentalidade abstrata pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais. Para que exista a imprensa e se atribua a ela o valor de transmissora de opinião e informação, é preciso que se desenvolva essa mentalidade abstrata. No caso brasileiro, se os portugueses que aqui aportaram em 1808 já traziam essa disposição, seria necessário um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações. Não era tão somente o analfabetismo que impedia a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas foram sempre mais ouvidas do que lidas.

Essa mentalidade abstrata, construída no jogo das práticas narrativas transformadas em textos, que leva à disposição para a linieridade do

pensamento, não substitui formas de pensar e viver o mundo oriundas das práticas orais. Quando pensamos na correlação comunicação e história, é fundamental que se pense nos processos de longo prazo, nas continuidades e rupturas. Fazemos a história com nossas práticas cotidianas e nelas estão inseridas invariavelmente a vida que continua e vidas que se transformam. Continuidades e rupturas fazem parte da análise daqueles que se aventuram pelo universo da comunicação como história, tal como continuidades e rupturas fazem parte das narrativas de nossa existência.

## Referências

- BARBOSA, M. C. Reflexões sobre imprensa no Brasil de 1808. *Estudos em jornalismo e mídia*, ano V, n. 2, p. 91-109 jul.-dez. 2008.
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Lisboa: Presença, s/d.
- HELLER, A. *Teorias da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KERMODE, F. *The sense of an ending: studies in the theory of fiction*. Londres; Oxford; Nova York: Oxford University Press, 1966.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994, 1995, 1997. v. 1, 2 e 3.

